

LEI Nº 519/05, de 16 de Março de 2005.

“Dispõe sobre a alteração do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e dá outras providências”.

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério criado pela Lei nº 270/97, passa a ser regido por esta Lei.

Art. 2º - O Conselho será constituído por 05 (cinco) membros, sendo:

- a)** um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b)** um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- c)** um representante dos pais de alunos;
- d)** um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental;
- e)** um representante do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º - Os membros do Conselho serão indicados, por seus pares, ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho será coincidente com o mandato do Prefeito Municipal, permanecendo seus titulares na ativa até a posse de seus substitutos.

§ 3º - No mandato subsequente, só será permitida a recondução de 40% (quarenta por cento) dos membros que encerrarão seu mandato.

Art. 3º - Compete ao Conselho:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito.

Art. 5º - O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 270/97, de 08 de agosto de 1997.

Chapadão do Sul – MS, 16 de Março de 2005.

Jocelito Krug
Prefeito Municipal